

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Requerimento:

Requerido pelo deputado André Lazaroni, autor do **Projeto de Lei nº 4450/2018**, que “Altera a Lei Estadual nº 7035, de 07 de julho de 2015, que institui o sistema estadual de cultura do estado do Rio de Janeiro, o programa estadual de fomento e incentivo a cultura, e apresenta como Anexo Único às diretrizes e estratégias do plano estadual de cultura”, **urgência na tramitação do PL.**

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

REDAÇÃO DO VENCIDO PARA 2ª DISCUSSÃO:

- **PL 2851-A/2014** - Cria o Programa Estadual de Reuso de Efluentes das Estações de Tratamento do Esgoto - ETE's, para fins industriais, estabelece incentivos para sua implementação e dá outras providências.

- **PL 2952-A/2014** - Altera a Lei nº 3.977, de 4 de outubro de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão, em copos descartáveis, da respectiva capacidade de mililitros estampados e visíveis.

- **PL 737-A/15** - Autoriza o poder executivo a integrar no rol de exames obrigatórios, o "teste molecular de DNA" em recém-nascidos e crianças de até um ano e meio de idade, nas maternidades e hospitais no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Sessão Plenária:
Dia: 30/10/2018

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 2951/2014, de autoria da deputada Cidinha Campos, que “Altera a Lei nº 4.396, de 16 de setembro de 2004, que proíbe os estabelecimentos comerciais de exigirem comprovação de tempo mínimo no emprego para concessão de crédito ao consumidor”. **Vai a autógrafa.**

1ª DISCUSSÃO:

APRECIADO o Projeto de Lei nº 1265/2012, de autoria do deputado André Lazaroni, que “Disciplina a comercialização de produtos orgânicos no estado do Rio de Janeiro”. O PL recebeu **10 emendas e retorna às Comissões Técnicas.**

Link para acessar as emendas.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/f03c0de4c3b550aa0325833700664032?OpenDocument>

APRECIADO o Projeto de Lei nº 1900/2012, de autoria dos deputados Marcelo Freixo e outros, que “Acrescenta o artigo que menciona na Lei 4.962, de 20 de dezembro de 2006, que cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS e dá outras providências”. O PL recebeu **uma emenda e retorna às Comissões Técnicas.**

APROVADO o Projeto de Lei nº 1179/2015, de autoria dos deputados Márcia Jeovani e Carlos Minc, que “Institui a política estadual de incentivo à economia criativa”, **com o substitutivo da Comissão de Combate às Discriminações. PL emendado vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

**Sessão Plenária:
Dia: 31/10/2018**

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 1571-A/2012, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados situadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a disponibilizarem a declaração de quitação anual de débito nas páginas da rede mundial de computadores - INTERNET e a através da central de atendimento ao consumidor”. **Vai a autógrafa.**

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 1377/2012, de autoria do deputado Gilberto Palmares, que “Dispõe sobre a exigibilidade da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, instituída pela Lei 12.440, de 7 de julho de 2011, no estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona”. **Retorna em 2ª discussão.**

2ª DISCUSSÃO:

ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 2832-A/2017, de autoria do deputado André Ceciliano, que “Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com empresas de manutenção automotiva para os fins que especifica”, por falta de quórum.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Ofício GG/PL nº 718 de 29 de outubro de 2018

Veto total apostado ao PL 1749/2016

Autor: Deputado Zaqueu Teixeira

Proíbe a emissão de documento fiscal com origem em outro estado da federação, pelas empresas contratadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro.

→ O veto será analisado pelo plenário da ALERJ. (DO-I de 30/10/18).

AGORA É LEI:

Lei nº 8140 de 26 de outubro de 2018

Oriunda do PL 2991/14

Autora: Deputada Cidinha Campos

Altera a Lei nº 5504, de 15 de julho de 2009, que proíbe a cobrança de serviços de atendimento ao cliente - 0300 - na fora que menciona, e dá outras providências. (DO-I de 29/10/18).

Lei nº 8141 de 26 de outubro de 2018

Oriunda do PL 2990/14

Autora: Deputada Cidinha Campos

Altera a Lei nº 5725, de 19 de maio de 2010, que obriga a afixação de números de telefone para avaliação de motoristas, e dá outras providências. (DO-I de 29/10/18).

Lei nº 8145 de 29 de outubro de 2018

Oriunda do PL 2428/2009

Autores: Deputados André Ceciliano e Carlos Minc

Altera a Lei Estadual nº 3.900, de 19 de julho de 2002, que institui o Código de Proteção aos Animais no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

(DO-I de 30/10/18).

→ Sancionado com vetos parciais. Dispositivos vetados: §2º do art. 3º; Item XV do art. 6º; Art. 9.

Lei nº 8148 de 30 de outubro de 2018

Oriunda do PL 1751-A/16

Autora: Deputada Zeidan

Altera a Lei nº 4.962, de 20 de dezembro de 2006, que cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS, e dá outras providências. (DO-I de 31/10/18).

Lei nº 8151 de 01 de novembro de 2018

Oriunda do PL 2259/2016

Autor: Deputado Carlos Minc

Institui o sistema de logística reversa de embalagens e resíduos de embalagens, no âmbito do estado do rio de Janeiro, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 12.305, de 2010 e no Decreto nº 7404, de 2010. → Sancionado com vetos parciais. Dispositivos vetados: artigos 7º, 9º e 16, que serão analisados pelo plenário da ALERJ.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 46.480 de 29 de outubro de 2016

Dispõe sobre o processo de transição governamental. (DO-I de 30/10/18)

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Resolução SEFAZ nº 336 de 25 de outubro de 2018

Modifica a Resolução SEFAZ nº 222/2018, que dispõe sobre os processos administrativos que devem ser autuados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI (SEI-RJ). (DO-I de 30/10/18)

Resolução SEFAZ nº 337 de 25 de outubro de 2018

Define a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ) na atuação e tramitação dos processos administrativos da Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), e dá outras providências. (DO-I de 30/10/18)

Secretaria de Estado do Ambiente

Resolução CERHI-RJ nº 199 de 24 de outubro de 2018

Dispõe sobre critérios de distribuição dos recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia hidrelétrica para os contratos de gestão com entidades delegatárias de funções de agência de água para o ano de 2019. (DO-I de 30/10/18)

Resolução CERHI-RJ nº 200 de 24 de outubro de 2018

Dispõe sobre a atualização do preço público UNITÁRIO - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos REGIÃO HIDROGRÁFICA IV - Comitê Piabanha. (DO-I de 30/10/18)

Resolução CERHI-RJ nº 201 de 24 de outubro de 2018

Dispõe sobre a atualização do preço público UNITÁRIO - PPU da metodologia de cobrança pelo uso dos recursos hídricos REGIÃO HIDROGRÁFICA VIII - COMITÊ Macaé e das Ostras. (DO-I de 30/10/18)

Resolução CERHI-RJ nº 202 de 24 de outubro de 2018

Dispõe sobre a atualização do preço público UNITÁRIO - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos região hidrográfica III - Comitê Médio Paraíba do Sul. (DO-I de 30/10/18)

Resolução CERHI-RJ nº 203 de 24 de outubro de 2018

Dispõe sobre a atualização do preço público UNITÁRIO - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos região hidrográfica III - Comitê Rio dos Rios. (DO-I de 30/10/18)

Resolução CERHI-RJ nº 204 de 24 de outubro de 2018

Dispõe sobre a atualização do preço público UNITÁRIO - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos região hidrográfica IX - Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e dá outras providências. (DO-I de 31/10/18).

Resolução CERHI-RJ nº 205 de 24 de outubro de 2018

Altera a ficha de projetos a ser adotada pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, Anexo da Resolução CERHI-RJ nº 102/012. (DO-I de 30/10/18)

Resolução CERHI-RJ nº 206 de 24 de outubro de 2018

Aprova o plano de aplicação plurianual, para os anos de 2018 a 2022, dos recursos financeiros constantes no FUNDRHI da subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio dos Rios. (DO-I de 30/10/18)

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerência Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.